

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E HUMANIDADES DIGITAIS: o uso do *mymaps* no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife

Arnaldo Martin Szlachta Junior¹
Ana Camila Tarquino da Gama²

Artigo recebido em: 06/03/2022.
Artigo aceito em: 15/09/2022.

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades de Ensino de História utilizando recursos digitais, mais especificamente os “mapas virtuais” trabalhando a Educação Patrimonial a partir dos “lugares de memória” da ditadura civil-militar na cidade do Recife. Resultado de um trabalho de conclusão de curso, esta pesquisa começou a ser desenvolvida no início de 2020, a partir das reflexões proporcionadas pela realização do estágio em docência em história, dentro da disciplina de Estágio Supervisionado IV. O projeto foi realizado em uma escola pública estadual localizada na região metropolitana de Recife-PE, em duas turmas no terceiro ano do Ensino Médio. As atividades culminaram na construção do mapa virtual: “*Mapas da memória: A Ditadura Civil-Militar na cidade de Recife*”, construído pelos alunos por meio a ferramenta *MyMaps*, do Google.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Ensino de História; Ditadura Civil-Militar; Mapas Virtuais.

HISTORICAL HERITAGE AND DIGITAL HUMANITIES: the use of *mymaps* in teaching History about the brazilian civil-military dictatorship in Recife

ABSTRACT:

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá, coordenador do LAEH UFPE - Laboratório de Aprendizagens e Ensino de História, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4661859185167472>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5839-8224>; e-mail: arnaldo.szlachta@ufpe.br. Membro do grupo de pesquisa: Saberes Históricos, Teoria, Ensino e Mídias.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4572609376281435>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2817-016X>; e-mail: anacamilatdg1@gmail.com.

The present paper aims to analyze the possibilities of History Teaching using digital resources, more specifically the "virtual maps" in order to work the Heritage Education from the "places of memory" of the civil-military dictatorship in the city of Recife in Brazil. This research is the result of an end-of-course work, and it started to be developed in the beginning of 2020, based on the reflections provided by the accomplishment of the teaching internship in history. The project was carried out in a state public school located in the metropolitan region of Recife in Pernambuco -Brazil, in two classes in the third year of high school. The activities culminated in the construction of the virtual map: "Maps of memory: the civil-military dictatorship in the city of Recife", built by the students using the Google MyMaps tool.

KEYWORDS: Patrimony; History Teaching; Civil-Military Dictatorship; Digital Maps.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades de Ensino de História utilizando recursos digitais, mais especificamente os “mapas virtuais”, no sentido de trabalhar a Educação Patrimonial a partir dos “lugares de memória” da Ditadura Civil-Militar em Recife (1964-1985). Dentro dessa proposta, buscamos pensar os “lugares de memória” vinculados à ditadura na cidade pela da construção do mapa virtual: “*Mapas da Memória: a Ditadura Civil-Militar na cidade de Recife*”, tendo como referência o aplicativo *MyMaps* do Google.

Resultado de um trabalho de conclusão de curso, esta pesquisa começou a ser desenvolvida no início de 2020, a partir das reflexões proporcionadas pela realização do estágio em docência em história, dentro da disciplina de Estágio Supervisionado IV, em duas turmas de terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada na região metropolitana do Recife. A criação do mapa virtual foi possível por meio da ferramenta *MyMaps* do Google.³ Através desse aplicativo, é possível criar um mapa personalizado de acordo com a temática escolhida pelo criador, que no nosso caso em questão foram pontos ligados à memória da ditadura em Recife. Dividimos o mapa em duas categorias: Memórias de Repressão e Memórias de

³ Link de acesso ao mapa virtual construído pelos alunos:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1YJ1gfY7sSLduX7CNsbwP2s0BgAIJ&usp=sharing>
acesso em abr. de 2021

Resistência. Dessa maneira, buscamos situar as memórias da ditadura dentro de um campo de disputas e ressignificações da memória, que podem também ser percebidas nas ruas, prédios, praças, monumentos e avenidas.

Ao compreendermos a cidade como um “lugar de memórias” (PESAVENTO, 2007 p. 16) e o Patrimônio como “categoria de pensamento”, (GONÇALVES, 2003 p. 21) neste trabalho buscamos estabelecer as possíveis relações entre: Ensino de História, Tecnologias, Ditadura e Educação Patrimonial. Nesse sentido, acreditamos que o reconhecimento da cidade onde se vive pode ser um importante meio para desenvolver de forma mais dinâmica e significativa a aprendizagem histórica dos alunos, através da educação do olhar, ou seja, percebendo a cidade não apenas como território material, mas como um “lugar” que evoca memórias e narrativas e que condensa aspectos simbólicos e afetivos (PESAVENTO, 2007 p. 16).

Dessa forma, acreditamos que o uso dos “mapas virtuais” pode oportunizar aos educandos novas percepções afetivas do espaço, possibilitando novas formas de ensino-aprendizagem além do âmbito escolar. A Educação Patrimonial articulada ao ensino de história, nesse sentido, pode assumir uma postura problematizadora frente ao patrimônio cultural e da própria realidade, sendo um elemento provocador de reflexão crítica sobre as relações sociais.

Nessa perspectiva, o Patrimônio Histórico-Cultural se afirma como um importante instrumento no Ensino de História, permitindo ao educando um “conhecimento crítico e apropriação consciente [...] no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6)

Segundo Ricardo Pacheco Aguiar:

A cultura material, o Patrimônio Histórico e a Memória Social compõem o grupo de elementos garantidores do direito ao passado. Através deles, que em última instância são formas de expressão de identidades e de memórias coletivas, nos é possível compreender como os mitos são mantidos pelos grupos sociais, as visões

sacralizadas do passado e as representações consagradas de aspectos sociais (AGUIAR, 2017, p. 6).

Tendo em vista essa dimensão do Patrimônio, acreditamos que explorar o espaço territorial e as memórias como fontes históricas em sala de aula, pode ser uma forma potencializadora para ampliar e problematizar o passado recente da ditadura e determinados esquecimentos que insistem em permanecer na nossa realidade nacional. Segundo Caroline Bauer (2017,) “a história da ditadura civil-militar é frequentemente lembrada pelo senso comum como uma ‘história mal contada’”. (p. 9)

É nesse sentido que buscamos pensar os “lugares de memória” da ditadura através da construção “mapa virtual”. Aproximar os estudantes dos lugares da cidade que convivem, pode ser uma possibilidade de incluir a Educação Patrimonial articulada ao ensino de História sobre a ditadura civil-militar, permitindo aos educandos novas relações afetivas com o espaço através da ressignificação desses lugares.

Faremos inicialmente um debate sobre os conceitos de Patrimônio, buscando situar a produção social da memória da ditadura e sua relação com o Patrimônio Histórico. Logo depois buscamos estabelecer as possíveis relações entre: Cidade, Memória e Ditadura, no sentido de trabalhar a Educação Patrimonial a partir dos “Lugares de Memória da Ditadura em Recife”. Por último, buscamos apresentar a ferramenta “MyMaps” como possibilidade para o Ensino de História sobre a ditadura a partir de uma experiência realizada em sala de aula, lançando uma breve discussão sobre as estratégias e metodologias adotadas durante intervenção.

2. Patrimônio, ditadura e educação patrimonial: construindo relações

Advinda do vocábulo de origem latina, *pater-* a definição conceitual de Patrimônio esteve ligada inicialmente a um valor aristocrático e privado, relacionado a herança transmitida do patriarca a seus descendentes. (CHOAY, 2006, p. 56)

A noção de patrimônio que conhecemos hoje, ou seja, como algo público e compartilhado está relacionada ao período de formação dos Estados Nacionais,

durante o século XVIII. A Revolução Francesa de 1789 marcou o início de uma série de políticas de proteção a determinados bens históricos. Com o fim do Antigo Regime, a República Francesa passa a e esforçar na criação de uma “Cultura Nacional” que permitisse que seus habitantes criassem vínculos e compartilhassem valores em comum. (CHOAY, 2006). O patrimônio dessa forma passou a funcionar como meio aglutinador de sentimentos de pertencimento e valores compartilhados entre os cidadãos.

Vale ressaltar que o que se enquadrava na categoria de “Patrimônio” não eram quaisquer objetos, mas aqueles a que eram atribuídos valores materiais e simbólicos e que carregavam consigo a ideia de excepcionalidade, como prédios, edifícios, monumentos entre outros. Além disso, a noção de Patrimônio e as práticas de preservação desses bens eram elaboradas a partir do conceito de autenticidade e valor intrínseco dos bens históricos. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44)

No Brasil, o início das políticas oficiais de proteção patrimonial se iniciou em 1936, quando foi criada a agência federal de proteção ao Patrimônio-SPHAN. Nesse sentido, prevaleceu a noção de Patrimônio ligada à matriz francesa, voltada a proteção dos bens históricos edificado, entendido com pedra e cal, e que se relacionavam diretamente com a memória dos grupos dominantes. (CASSOL; CAIMI, 2012, p. 281)

No entanto, a partir da década de 1970, houve uma reformulação das políticas de proteção ao Patrimônio. Em 1972, na Conferência de Genebra, foi criada uma nova categoria, a de “Patrimônio Cultural da Humanidade”. Isso significou o reconhecimento e a afirmação da importância da diversidade, ao considerar os sítios históricos como pertencentes a todos os povos do mundo. (FUNARI; PELEGRINI, 2006)

Na mesma direção, o IPHAN passou a adotar políticas de valorização a outras vertentes do Patrimônio, que compreendem as práticas de saber popular e identidades coletivas, levando em consideração a diversidade étnica, cultural e religiosa dos povos. A ampliação da noção de Patrimônio Histórico para Patrimônio

Cultural está inserida dentro desses debates sobre a valorização dos bens históricos e culturais expressada pela manifestação e diversidade cultural do Brasil. (ABREU, 2003, p. 79)

A Constituição Federal brasileira de 1988, alargou a concepção de patrimônio, incluindo-o dentro do espectro do “direito cultural”, incluindo bens materiais imateriais, e simbólicos que referenciam identidades, ações e as memórias de diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira. Compreendendo essa diversidade, entendemos o Patrimônio como:

Um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como uma “marca” que a identifica, que adquire um sentido “comum” e compartilhado por toda uma “comunidade”. (HORTA, 2000, p. 29).

Desde o final do século XX, houve uma intensificação na discussão em torno dos significados políticos e culturais da preservação do Patrimônio Cultural. Considerando os objetivos proposto neste trabalho, no próximo tópico abordaremos parte desta discussão, apontando as possíveis relações entre o Patrimônio Cultural e a produção social da memória da ditadura civil-militar.

3. Cidade, Memória e Patrimônio: Uma proposta de Ensino de História a partir dos lugares de memória da Ditadura Civil-Militar em Recife-PE

Ao compreender a cidade como “lugar de memórias” (NORA, 1993) e o Patrimônio como “categoria de pensamento”, (GONÇALVES, 2003) buscamos neste tópico estabelecer as relações possíveis entre a Educação Patrimonial e os lugares vinculados ao período da ditadura civil-militar na cidade de Recife.

Ampliação da noção de Patrimônio adquire novos sentidos na constituição de sujeitos e identidades. Nesse movimento, o relato testemunhal assume um lugar privilegiado nos discursos da contemporaneidade, mantendo uma estreita relação com a memória coletiva, que está em constante mutação a medida que se relaciona com o presente. Segundo Maurice Halbwachs (1990) por mais que a memória pareça

um fenômeno individual, ela deve ser entendida também como um fenômeno coletivo, submetido à constantes flutuações. A memória coletiva, longe de ser vista como algo espontâneo, é constituída por sujeitos e grupos em funções das demandas do tempo presente.

Para Yoself H. Yerushalmi (1998), o conceito de memória coletiva tem relação direta com o esquecimento coletivo. Isso porque a memória de eventos traumáticos que não foram vividos por gerações do tempo presente não poderia ser lembrada, pois essas gerações não viveram aquele passado para que pudesse se recordar. O que ocorre então é a transmissão da memória através dos “Lugares de Memória”, expressão elaborada por Pierre Nora (1993). Num contexto da crise de memória e despatrimonialização relacionadas à perda da transmissão da experiência pelo fenômeno da globalização, colonização e industrialização, os “meios” de memória foram substituídos por seus “lugares”. Estes, na medida que permitem que as memórias sejam materializadas e representadas, também legitimam, em geral, pontos de vista dominantes. Esse fenômeno contemporâneo dá lugar a cada vez mais conflitos e possibilidades de resgate de possíveis leituras sobre o passado no presente. Ao unir essas três categorias: Cidade, Patrimônio e Ditadura, buscamos frisar a Educação Patrimonial como possibilidade para construção da “aprendizagem histórica” (RUSEN, 2001; LEE, 2016; BARCA, 2001). Logo depois, apresentamos as possibilidades de Educação Patrimonial utilizando os recursos digitais, mais especificamente os “mapas virtuais” a partir de uma experiência no ensino de história sobre a Ditadura.

Nessa perspectiva, partimos da concepção de patrimônio como “categoria de pensamento” referenciada pelo antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2003). Ao ser compreendido como categoria de pensamento, o patrimônio assume não apenas a função de representar ideias e valores, como também oportuniza possibilidades de ação. Como afirma o antropólogo: “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. [...] não existe para representar apenas ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certa forma constrói e forma as pessoas” (GONÇALVES, 2003,

p.27). Em outras palavras, a concepção de patrimônio ultrapassa a função meramente contemplativa assumindo relações de sentido com a sociedade a partir de um movimento dialógico que produz significações e ressignificações. Dessa forma, o patrimônio pode ser uma importante ferramenta de ação para novos atores sociais através da inserção de suas memórias no espaço público, além de ser um importante instrumento de afirmação e direito à memória.

Para Pacheco (2017), “a cultura material, o patrimônio histórico e a memória social são elementos garantidores do direito ao passado. [...] A disciplina escolar de história tem a responsabilidade de problematizar junto aos educandos as informações históricas que fazem parte da memória coletiva do tempo presente”. (p.6) Assim, cabe ao professor de história, através de um gesto provocativo, questionar como e porque se elegem determinados bens históricos para se figurar na memória social. Nesse sentido, o estudo do Patrimônio Histórico atrelado ao ensino de História é de fundamental importância, pois:

Promover a preservação e a valorização dos bens culturais exige um aprofundamento teórico no ensino de história, pois envolvem ações educativas que possam viabilizar a aproximação dos sujeitos que estudam e aprendem num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos monumentos e das relações que estabelecem entre eles de forma analítica e crítica (ZARBATO, 2015, p. 121)

Dito isto, a Educação Patrimonial assume uma postura problematizadora frente ao patrimônio cultural e da própria realidade, sendo um elemento provocador de reflexão crítica sobre as relações sociais. De acordo com Horta, Greenberg e Monteiro (1999):

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 6)

Em vista disso, pensar sobre os lugares vinculados à memória da ditadura civil-militar na cidade, pode ser uma forma de viabilizar esse tema dentro do campo patrimonial e do ensino de história. Para Rusen (2015) o pensamento histórico e a consciência que dele resulta, buscam “assenhorar-se do passado, de modo a compreender o presente e planejar o futuro”. Nesse sentido acreditamos que a Educação Patrimonial se afirmar como possibilidade de ressignificar identidades e subjetividades de modo a fornecer instrumentos para interpretação do mundo e de si próprio (SZLACHTA JUNIOR; RAMOS, 2019) possibilitando assim novas formas de elaboração da experiência do tempo passado para dar sentido a realidade presente. Desse modo, torna-se possível desenvolver nos estudantes a capacidade de ler o mundo historicamente ao fornecer instrumentos capazes de entender e agir no mundo concreto, oferecendo ferramentas teóricas para a leitura da realidade social do qual faz parte. Segundo Isabel Barca (2001):

Neste processo em que o ensino de História passa a ser significativo para alunos, inserem-se novas abordagens e linguagens, a postura do professor crítico-reflexivo/ que valoriza diferentes ações torna-se necessária, pois o ensino de História não é uma construção individual, mas composta por interlocutores que constroem sentidos e se sentem inseridos no processo histórico, é preciso que o professor faça a diferença, pois se procura sair do tradicional, dar ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. (BARCA, 2001, p. 16)

Nessa perspectiva, pensar historicamente não significa a mesma coisa que “saber história”, pois quando o conhecimento histórico se resume a um conjunto de informações dadas, o aprendizado não desenvolve a capacidade de conferir significado à história. Segundo Peter Lee (2016), aprender história significa uma forma de “reorientação cognitiva”, ou seja, trata-se de ler o mundo de maneiras novas e mais complexas transformando-se em possibilidades de ação. O reconhecimento da cidade onde se vive pode ser um importante ponto de partida para refletir sobre as construções e disputas em torno do patrimônio e da memória, vistos aqui como fontes históricas. Ao considerarmos a cidade como um “lugar de memórias”, torna-se possível guiar o aluno por meio da educação do olhar, ou seja, demonstrar que a sala de aula não é o único ambiente onde se pode aprender.

Enxergar o espaço como um “lugar” e não apenas como território material implica reconhecer que esses lugares condensam aspectos simbólicos e afetivos, onde a memória se materializa e evoca narrativas. (PASSAVENTO, 2007) Segundo Cardoso (2007) o lugar pode ser definido como uma autoconstrução concreta e simbólica do espaço através ideias materializadas que os habitantes têm de suas relações com seu território.

Ruas, prédios e praças fazem parte do dia -dia de cada um de nós. Passamos por inúmeros locais e muitas vezes desconhecemos a relação direta de cada um deles com momentos fundamentais de nossa história. Em todas as cidades os chamados “lugares de memória” nos cercam, porém muitas vezes não nos transmitem a totalidade de seu significado (ARAÚJO & SILVA & SANTOS, 2013, p. 43)

Dentro dessa proposta, é que buscamos pensar as possibilidades do uso de “mapas virtuais” na Educação Patrimonial e do Ensino de História sobre a ditadura civil-militar. A partir desse conjunto é possível: articular a construção de memórias individuais e coletivas sobre o período, ressignificar os locais de memória consagrados pelo Estado, além de propiciar a construção de narrativas alternativas sobre o período dentro de um cenário marcado por políticas de esquecimento institucionalizadas. Para Gasparotto e Padrós (2010):

É no sentido de reverter esse desconhecimento, que afeta especialmente as gerações mais jovens, que a escola ganha maior importância estratégica, enquanto local privilegiado para compensar e, talvez, reverter esse quadro geral ainda predominante. Sabe-se que a história não é apreendida apenas dentro do sistema e da dinâmica escolar; muitos são os agentes e os espaços de interação na relação ensino-aprendizagem. (PADRÓS, 2010, p. 1)

Pensando nesses espaços de interação além da sala de aula, esses territórios constituídos a partir de lutas políticas se afirmam como “lugares de memória” tornando-se uma importante fonte de estudo, conhecimento e ensino. Através desses locais, é possível estabelecer a transmissão da experiência traumática, estabelecendo pontes entre as antigas gerações que vivenciaram o período ditatorial, e as novas gerações. Para Carlos Fico (2004), estamos vivendo um momento em que se processa uma mudança geracional, e nesse sentido faz-se necessário criar

questionamentos e indagações sobre a experiência da ditadura, pois é através desse movimento de interpelação que a memória se faz e refaz.

Aproximar esse tema dos educandos no ambiente escolar através da articulação entre: Cidade, Memória e Patrimônio tornam-se fundamental para a construção de memórias coletivas sobre o período, oportunizando possibilidades de ação. Para Peter Lee (2016), a História pensada a partir da ideia de “Literacia Histórica” possui a capacidade de fazerem as pessoas pensarem e agirem de maneira que antes desse processo de aprendizagem seria inconcebível. A afirmação do caráter transformativo da História enxerga o conhecimento histórico disciplinar integrado ao passado e ao presente, modificando nossa visão sobre o futuro.

A ideia de explorar o Patrimônio Histórico no ensino e aprendizagem histórica por meio das Tecnologias Digitais se afirma como possibilidade de integrar o universo cultural dos alunos à novos contextos de aprendizagem além da sala de aula. Szlachta Junior e Ramos (2019) “o Patrimônio Histórico pode ser empregado como laboratório de construção do conhecimento histórico, pois está amplamente disponível aos alunos, mas, que, não é percebido por eles, enquanto o ambiente virtual é algo mais sensível/achegado aos códigos culturais dos alunos” (p. 102). A possibilidade de integrar a Educação Patrimonial as práticas de *Mobile Learning* (aprendizagem móvel) permitem explorar algo que os alunos já trazem para a escola, como aparelhos móveis, aplicativos GPS, mapas virtuais e, a partir disso, capitalizar seu uso no processo educativo atribuindo novas funções. De acordo com TRINDADE & CARVALHO (2019):

Através do uso de tecnologias digitais móveis, os aprendentes já não precisam de esperar pelo momento em que a informação lhes é veiculada, eles poderão por si próprios procurar essa informação e decidir quando a querem receber e onde lhe querem aceder, assumindo desta forma muito maior controle sobre aquilo que vão aprender (TRINDADE E CARVALHO, 2018, p. 75).

Explorar essa possibilidade pedagógica pode proporcionar aos alunos uma interação mais dinâmica com o espaço, através de múltiplas estratégias que poderão aguçar o interesse dos alunos, permitindo assim atividades mais diversificadas.

Segundo Szlachta Junior e Ramos (2019): a Educação Patrimonial e o *Mobile Learning* quando usados em conjunto:

Configuram uma possibilidade pedagógica que se inscreve na metodologia ativa. Nessa direção, o uso de aparelhos móveis (celulares) próprios, com aplicativos de realidade aumentada instalados, podem ser vistos como ferramentas para a construção do conhecimento histórico em aulas de História, no caso, no que diz respeito à Educação Patrimonial. (SZLACHTA JUNIOR; RAMOS 2019, p. 108)

Quando nos referimos as possibilidades de ensino de história sobre a ditadura, o recurso dos “mapas virtuais”, pode ser uma importante ferramenta no ensino, possibilitando a construção de narrativas alternativas contra hegemônicas sobre o período e permitindo aos estudantes ressignificarem os “lugares de memória” da cidade por meio da educação patrimonial, aproximando-os da história local, que nas maiorias das vezes é relegada no ensino de história sobre a ditadura em detrimento de abordagens mais generalizadas. Ademais, pode ser uma forma de discutir os contrastes e as versões sobre o regime militar a partir de uma esfera local, articulando com questões mais amplas no âmbito nacional. Para finalizar este tópico, compartilhamos o pensamento de Gasparotto e Padrós (2010) quando dizem que um dos maiores desafios do ensino de história sobre a ditadura civil-militar, além de enfrentar as políticas de desmemória, é criar estratégias didáticas para o tratamento desses temas na escola de modo a “potencializar espaços e metodologias interativas que extrapolem os materiais disponibilizados e estimulem uma produção textual autônoma e própria dos discentes”. (p.13)

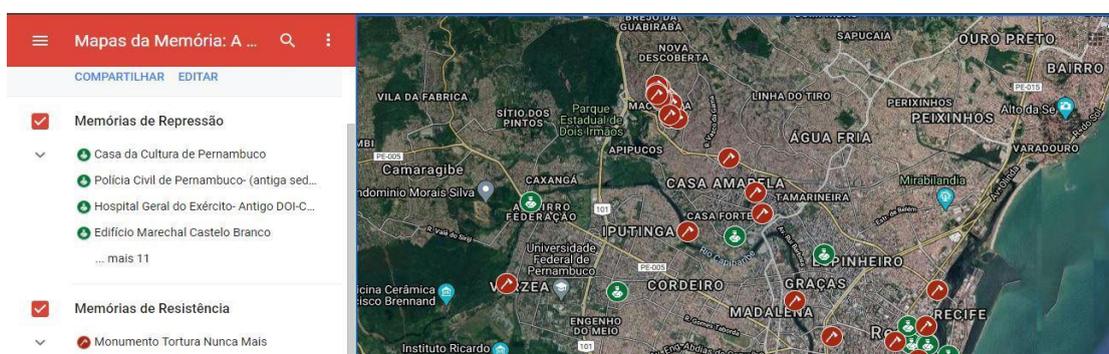
Nesse sentido, acreditamos que o “*Mapas da Memória: A Ditadura Civil-Militar no Recife*” pode ser uma importante estratégia didática no ensino de história utilizando os meios digitais. Os mapas virtuais articulam uma nova dinâmica que permite aos educandos explorarem as marcas simbólicas do regime militar na cidade e que continuam a reverberar no presente, por meio dos “lugares de memória”. Ao mesmo tempo possibilita a construção de novas narrativas sobre o período, podendo se transformar possibilidades de ações ligadas à memória, justiça e a reparação.

4. Relato de experiência das atividades realizadas utilizando o Google Mymaps

O projeto “Mapas da Memória: a Ditadura Civil-Militar no Recife” foi desenvolvido durante cerca de um mês em duas turmas do Ensino Médio, na realização prática do Estágio Supervisionado IV em História, numa escola da rede pública estadual localizada na região metropolitana de Recife. As atividades realizadas envolveram diversas estratégias didáticas. A primeira delas consistiu na aplicação de um questionário de análise dos conhecimentos prévios dos alunos sobre os conteúdos a serem trabalhados, junto com questões relativas ao uso das tecnologias digitais por parte dos alunos. A segunda etapa foi operacionalizada através de um trabalho colaborativo no levantamento dos pontos ligados à memória da ditadura na cidade de Recife por meio de pesquisas em sites, livros, jornais, reportagens, notícias etc. A terceira etapa consistiu na produção de narrativas por parte dos alunos sobre os diversos locais pesquisados, seguida de sua localização no mapa virtual, acrescentando as respectivas referências.

Para realização do trabalho, buscamos trabalhar com a ferramenta *MyMaps* do Google, que se trata de um recurso disponível dentro do Google Maps que permite a criação de mapas personalizados a partir da temática escolhida pelo usuário. O Google Maps é um serviço de pesquisa e visualização de mapas em satélites da terra, gratuito e fornecido pela empresa Google. Tanto o Google Maps quanto o Google Earth são exemplos de ferramenta do sistema SIG, que permitem “reunir, armazenar, manipular e representar a informação referenciada geograficamente, isto é, de acordo com sua localização (GOMES, 2006).

Com o recurso do *MyMaps* é possível criar e personalizar mapas, inserir rotas, formas, linhas, adicionar textos, imagens e links nos locais escolhidos. É possível também organizar os locais escolhidos por meio de camadas, adicionando cores e ícones para representar os pontos selecionados. Por exemplo: os locais da cidade



relacionados à memória de repressão da ditadura, foram representados na cor verde, e os locais relacionados à memória de resistência foram representados na cor vermelha, como se pode observar na imagem abaixo:

Através desse recurso, cada usuário tem a possibilidade de criar um mapa personalizado ou já editar um existente. Ao acessar o mapa, o usuário poderá

Figura 1 – Captura da tela do “MyMaps” no navegador com visão geral do mapa construído pelos alunos

Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1i3Jm9R5h02f3CfzDNjwUm1q4t3UaXQE&ll=-8.050291449614903%2C-34.946556116455085&z=12> (acesso 04/2021)

visualizá-lo como mapa tradicional ou satélite, podendo incluir camadas, de acordo com a classificação pré-estabelecida. Ao inserir um novo ponto, também existe a possibilidade de incluir: título, cores, ícones, imagens, textos entre outros

Durante o estudo de campo, buscamos trabalhar com a metodologia da aula oficina, referenciada pela pesquisadora Isabel Barca (2004, 2013), que deve ser organizada seguindo alguns passos:

Primeiramente o professor deveria selecionar um conteúdo perguntando aos alunos o que eles sabem a respeito e, então seleccione as fontes históricas pertinentes para a aula. Em seguida, ele deve orientar os estudantes a analisar os materiais, fazer interferências e comparações. Todos se envolvem no processo e produzem conclusões históricas, que podem ser mais ou menos válidas e mais ou menos próximas às dos historiadores. No entanto, elas devem sempre ser valorizadas, avaliadas e reconceitualizadas com a ajuda do educador. Assim, as crianças tomam consciência do que aprenderam, do que falta saber e do que mais gostaram de conhecer. A aula-oficina vai contra a corrente que não se preocupa com o que ensinar e prioriza manter o grupo motivado. (BARCA, 2013)

Desse modo, busca-se transformar a sala de aula num laboratório de aprendizagem, onde a figura do professor assume a função de investigador social que conhece o mundo conceitual de seus alunos, aprende a interpretar suas ideias e organiza as atividades de problematização do conhecimento. Os alunos por sua vez, assume o papel de agentes de sua própria formação, construindo e reconstruindo conhecimentos novos em ideias prévias, criando novas percepções. A escolha de se trabalhar com oficinas, se deu por seu potencial de integrar reflexão e ação no processo de ensino aprendizagem. Partimos do princípio de que a História precisa

ter um sentido prático na vida dos educandos. Como afirma Rusen (2007), o sentido prático -práxis- da história se coloca pela necessidade de interpretar o passado e orientar o presente. A práxis elabora um tipo de pensamento que é utilizado no agir.

(...) quando em sua vida em sociedade os sujeitos têm de se orientar historicamente e tem que formar sua identidade para viver-melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis)- afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico. (RUSEN, 2007, apud BRITO, 2018, p. 30)

Dessa forma, o professor que pretende desenvolver em seus alunos a capacidade de pensar historicamente, precisa adotar estratégias didáticas que priorizem o saber histórico dos agentes escolares e sua relação com o conhecimento histórico, ou seja a História precisa ser interpretada, analisada e relacionada com a vida prática dos educandos. Foi nesse intuito que buscamos trabalhar o período da ditadura civil-militar na sala de aula, ou seja, pensando na sua dimensão prática na vida dos educandos. Para isso, adotamos estratégias didáticas que buscaram não apenas transmitir o conteúdo, mas incentivar os alunos a produzirem o próprio conhecimento histórico sobre o tema utilizando um arsenal de fontes disponíveis.

Na primeira etapa do trabalho, antes do início da atividade de criação dos mapas virtuais, procuramos discutir com os alunos suas concepções prévias sobre o conceito de Patrimônio. A abordagem inicial se deu a partir do local em que vivem, e para isso, pedimos para que os alunos falassem alguns lugares da cidade que eles convivem, e que consideram importantes. Alguns alunos relataram a própria escola, outros o campo de futebol, praças, casarões entre outros.

Em seguida, perguntamos aos alunos se esses locais poderiam ser entendidos como Patrimônios Históricos. Alguns responderam que não, pois segundo eles, os locais não tinham como características a “sobrevivência ao tempo”, que para eles, eram requisitos para um bem ser considerado como Patrimônio. Já outros alunos, alegaram que sim, pois os espaços estariam relacionados com as memórias e as histórias das pessoas que conviveram e convivem no local. A partir desses questionamentos, buscamos problematizar junto aos estudantes o que caracterizaria

um Patrimônio Histórico. Assim indagamos: quem elege um Patrimônio Histórico? por que foram eleitos? contam a história de quem? Por meio desse exercício buscamos ressaltar como a Memória e o Patrimônio se constituem como fontes históricas, convidando os alunos a fazerem uma leitura crítica da sociedade e dos bens culturais.

Ao mesmo tempo, buscou-se situar as memórias da ditadura dentro desse campo de disputas, percebido também no patrimônio, nas ruas, avenidas, monumentos... mostrando que o espaço também pode se apresentar como fonte de narrativas plurais e diversificadas.

No segundo momento, foram realizadas as atividades de pesquisa histórica e levantamento dos locais ligados à memória da ditadura na cidade. Foi feito um trabalho colaborativo através de um conjunto diverso de fontes históricas, entre livros, sites, mapas, jornais, reportagens, documentários, filmes etc. Nesse processo, minha função enquanto mediadora, estive em planejar e supervisionar as atividades de pesquisa e busca de informações, dialogando com os alunos e definindo os elementos mais pertinentes para cada objeto de investigação. Para Souza (2020), a função do professor enquanto mediador:

Pode mudar completamente a relação ensino-aprendizagem, isso porque ao transpormos o universo do aluno para dentro do ambiente escolar estamos contribuindo para uma aprendizagem mais efetiva e trazendo para o cerne da aula o conhecimento prévio e a vivência dos nossos alunos. Colocá-los como protagonistas, delegar funções, estimular uma participação ativa retira a monotonia que uma aula em que o professor só fala pode ter. Gerar uma maior interatividade, estreitar o relacionamento entre aluno e professor importantes para desconstruirmos a ideia de que as aulas de história são sonolentas. (SOUZA, 2020, p. 93)

Buscamos também explicitar junto aos alunos os caminhos a serem percorridos no trabalho com as fontes históricas, estabelecendo ferramentas que os auxiliassem nos procedimentos de pesquisa e investigação. No decorrer da atividade, houve a possibilidade de localizar, identificar e visitar alguns espaços e locais na cidade relacionados ao período ditatorial, através da ferramenta *MyMaps* e pelo recurso do *Street View*.

A pesquisa sobre locais foi dividida em duas categorias: “Memórias de Repressão” e “Memórias de Resistências”. Na primeira categoria foram enquadrados os locais que foram usados pela estrutura da ditadura relacionados à violência e repressão, como: prisões, locais de tortura e morte. Também foram incluídos lugares na cidade onde ainda é possível perceber os resquícios do período ditatorial, ou seja, nome de ruas, avenidas, praças e monumentos que homenageiam os colaboradores do regime militar. Na categoria “Memórias de Resistência” entrariam os espaços materiais relacionados à memória dos mortos e desaparecidos políticos atingidos pela ditadura, como: memoriais, monumentos, praças, ruas etc. Foi apresentado aos alunos tiveram acesso ao material referencial de pesquisa como também os percursos a serem percorridos durante o processo de investigação.

Sobre locais ligados à repressão da ditadura na cidade, podemos destacar: a Casa da Cultura, Polícia Civil de Pernambuco, Colônia Penal Feminina Bom Pastor, Avenida Dantas Barreto, Praça da República, Edifício São Paulo, Hospital Geral do Exército, Palácio Campo das Princesas, Ponte Marechal Umberto Castelo Branco, Avenida Presidente Médici, entre outros. Já os pontos ligados à resistência ao regime militar podemos citar: o Monumento Tortura Nunca Mais, Ponte Gregório Bezerra, Sítio da Trindade, Memorial Dom Hélder Câmara, Igreja Nossa Senhora da Saúde, Avenida Norte Miguel Arraes, Projeto ruas Vilas Buriti, entre outros.

O processo de pesquisa mostrou-se bastante proveitoso, os alunos se engajaram ativamente nas atividades, interagindo e tecendo comentários sobre os diferentes locais, familiarizando-se com os espaços, e identificando suas particularidades por meio recurso do *Street View*, que permitiu a localização dos lugares num ângulo de 360°.

O terceiro momento do trabalho, foi dedicado para a elaboração dos textos sobre os diversos locais pesquisados para posteriormente serem adicionados ao mapa digital. Assim, após os alunos selecionarem, e pesquisarem seus locais escolhidos, foi iniciada a atividade individual de construção dos textos, acrescentando referências de imagens, notícias, documentários, livros, jornais etc. As

principais referências utilizadas no trabalho de pesquisa pelos alunos, foi livro de “Recife Lugar de Memórias”,⁴ que foi o material referencial de pesquisa, o portal “Memórias da Ditadura”⁵, o site “Memorial da Democracia”⁶, e o site do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano⁷. Este último, possui um conjunto de acervos digitalizados do extinto do DOPS no estado de Pernambuco, e foi usado principalmente no trabalho de pesquisa sobre os nomes de vítimas do regime militar que nomeiam o conjunto de ruas “Vilas Buriti” no bairro da Macaxeira, em Recife. Além disso, foram usadas referências em vídeos gravados por ex-presos políticos convidados pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco, que reconheceram instalações que serviram como locais de prisão e tortura de presos políticos durante a ditadura militar no bairro de Boa Vista, na região central de Recife, além de documentários, filmes e notícias.⁸

Após o trabalho de pesquisa, realizamos a atividade de construção do mapa virtual “Mapas da Memória: A Ditadura Civil-Militar no Recife”. Através do aplicativo *MyMaps*, os alunos puderam localizar os locais escolhidos no mapa, visualizá-los, e inserir seus textos, classificando-os de acordo com as categorias selecionadas, entre Memórias de Repressão ou Memórias de Resistência. Para melhor exemplificar o processo de construção do mapa, selecionamos abaixo uma

⁴ O livro “Recife Lugar de Memórias” foi lançado em 2012 através de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã (SDHSC) e a Prefeitura do Recife, e teve como um dos objetivos mapear os locais que marcaram a ditadura civil-militar em Recife. (QUEIROZ; ROCHA; SANTROS, 2012)

⁵ O portal “Memórias da Ditadura” foi criado e produzido em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e o Programa nas Nações Unidas (PNUD). O site tem como objetivo divulgar a história do regime militar no Brasil para o grande público. O portal abriga o maior acervo online da ditadura existente no país, sob os pontos de vista político, social e cultural. Para saber mais, acessar: <http://memoriasdaditadura.org.br/> acesso: em abril. 2021

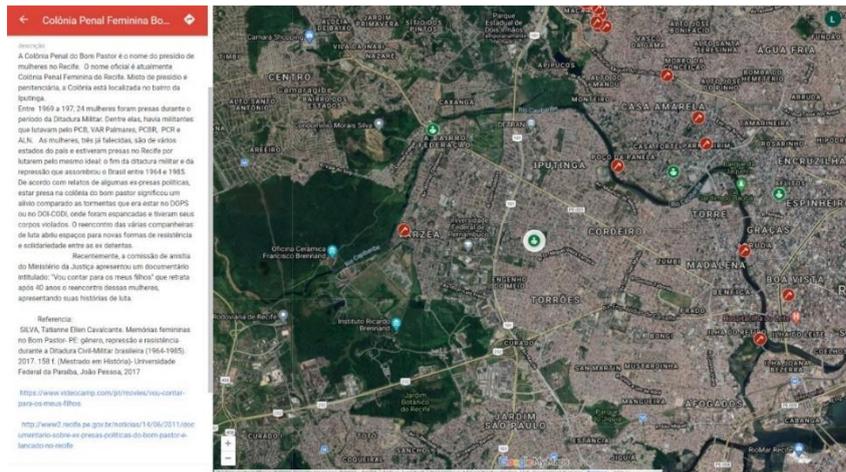
⁶ O memorial da Democracia trata-se de um museu virtual produzido pelo Instituto Lula que tem como objetivo contribuir para o resgate da memória das lutas travadas durante o período militar (1964-85). O Memorial apresenta um acervo multimídia, oferecendo aos visitantes textos, fotos, charges, desenhos, cartazes, panfletos e documentos, reproduções de notícias da imprensa, exemplares virtuais de jornais, áudios com trechos de canções e discursos, segmentos de filmes e vídeos etc. Para saber mais, acessar: <http://memorialdademocracia.com.br/> acesso em: abri. 2021

⁷ Para saber mais, acessar o site: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br> acesso em abri. 2021

⁸ Comissão Nacional da Verdade. Diligência do DOPS em Recife: Depoimentos de vítimas. 2014. (7m:24s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHby9-JCPAQ> Acesso em: abri. 2018.

imagem do mapa construído pelos alunos destacando um ponto ligado à memória de repressão da ditadura, que se trata da Colônia Penal Feminina Bom Pastor, localizada no bairro da Iputinga, em Recife.

Figura 2 - Ponto selecionado Colônia Feminina Bom Pastor no MyMaps pelo navegador



Fonte:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1i3Jm9R5h02f3CfzDNjwUm1q4t3UaXQE&ll=-8.050291449614903%2C-34.946556116455085&z=12> (acesso 04/2021)

Figura 3 – Fotos extraídas do documentário “Vou contar para os meus filhos” (2011) que foram inseridas no mapa virtual



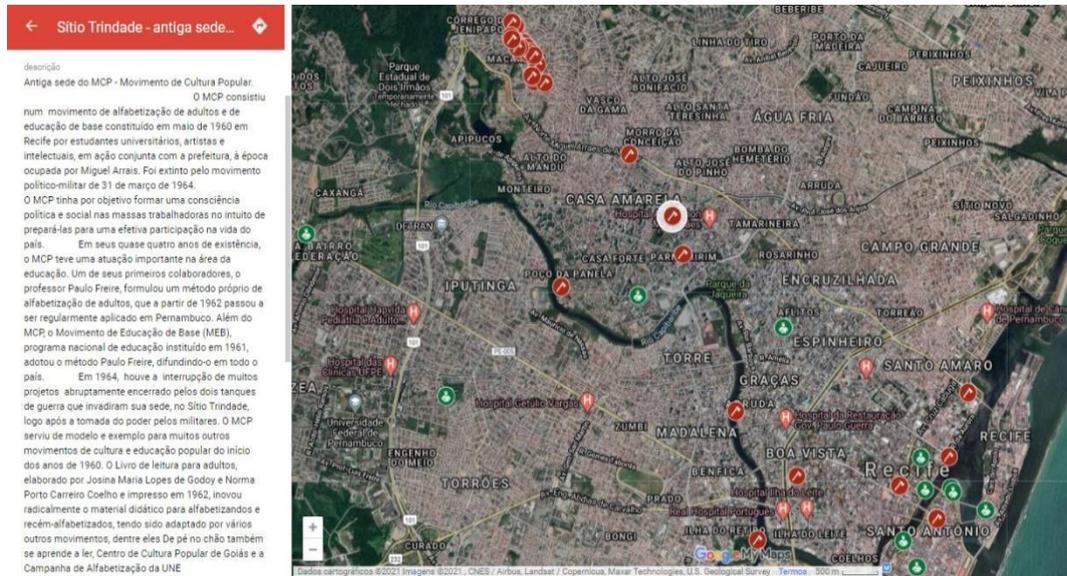
Presas políticas posam no jardim do Bom Pastor-PE, retirada do documentário *Vou contar para os meus filhos*, 2011

Presas políticas fazendo exercícios físicos, retirada do documentário *Vou contar para os meus filhos*, 2011

Como se pode observar na imagem, a Colônia Penal Feminina Bom Pastor classificada na categoria “Memórias de Resistência” carrega a história de luta de mulheres que foram presas políticas durante o período da ditadura civil-militar em Recife. Através desse exercício, foi possível discutir o papel das mulheres na luta e resistência à ditadura, que muitas vezes é silenciado na história do regime militar. Nesse sentido, o trabalho com Patrimônio Histórico além de permitir que os alunos ressignifiquem os locais de memória da cidade, traz a possibilidade incluir novas

falas e atores sociais no espaço público, permitindo aos alunos sentirem-se representados e dentro da História.

Figura 4 – Ponto selecionado Sítio da Trindade no MyMaps pelo navegador



Fonte:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1i3Jm9R5h02f3CfzDNjwUm1q4t3UaXQE&ll=-8.050291449614903%2C-34.946556116455085&z=12> (acesso 04/2021)

Figura 5 – Fotos do Movimento de Cultura Popular (MCP) que foram inseridas no mapa digital



Fonte:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1i3Jm9R5h02f3CfzDNjwUm1q4t3UaXQE&ll=-8.050291449614903%2C-34.946556116455085&z=12> (acesso 04/2021)

Além disso, nesse exercício foi possível articular diferentes linguagens, como: fotografias da época, notícias de jornais, documentários e ainda referências bibliográficas sobre a história das mulheres na ditadura, tornando a atividade ainda mais abrangente. Para citar outro exemplo, selecionamos abaixo o ponto localizado no Sítio da Trindade, em Casa Amarela, Recife. No início da década de 60, o local funcionou como sede do Movimento de Cultura Popular (MCP), que reuniu intelectuais, artistas, e universitários, servindo de modelo para o resto do país como exemplo de movimento de cultura e educação. A partir de uma questão local, foi possível estabelecer um diálogo com o momento político e cultural do Brasil, num período marcado pela construção de vários projetos de nação que estavam em disputa. Na elaboração desse exercício, foi possível incluir documentos primários que estão disponíveis digitalmente de forma online, como panfletos, de jornais da época, fotografias, livros, além de dois documentários sobre o movimento, enriquecendo ainda mais a atividade de pesquisa.⁹

Durante o exercício de construção dos mapas virtuais, os alunos puderam articular novas questões sobre o tema a partir de uma esfera local, articulando com questões mais amplas. Ao mesmo tempo, a cada lugar visitado e a cada memória evocada, foi possível articular a construção da memória individual e coletiva sobre o período, permitindo assim que os alunos pudessem reelaborar as experiências da ditadura. Após o término da atividade, o mapa virtual foi compartilhado de forma aberta ao público entre a comunidade escolar, estudantes e professores, que poderão utilizá-lo como objeto de aprendizagem para atividades futuras, contribuindo ainda mais para a construção da memória sobre a ditadura na cidade de Recife.

5. Considerações finais

Levando em consideração as atividades realizadas no âmbito da disciplina do Estágio Supervisionado IV em História, objetivamos neste trabalho analisar as possibilidades de Ensino de História utilizando a ferramenta do Google “MyMaps”

9

no sentido de trabalhar a Educação Patrimonial a partir dos “Lugares de Memória” da ditadura em Recife. Para isso, buscamos traçar algumas perspectivas através da articulação entre: Patrimônio, Cidade, Memória, Ensino de História e Tecnologias.

Nesse sentido, partimos da noção de Patrimônio como “categoria de pensamento” (GONÇALVES, 2003), ou seja, o Patrimônio não existe apenas para representar ideias e valores abstratos, mas constitui e forma pessoas, sendo também um instrumento de ação. Diante disso, acreditamos que aprender história também oportuniza possibilidades de agir no mundo concreto, nos oferecendo ferramentas e novas formas de ler a sociedade. (LEE, 2016). O reconhecimento da cidade onde se vive pode ser um importante meio para desenvolver de forma mais dinâmica e significativa a aprendizagem histórica dos alunos, através da educação do olhar, ou seja, percebendo a cidade não apenas como território material, mas como um “lugar” que evoca memórias e narrativas e que condensa aspectos simbólicos e afetivos (PASSAVENTO, 2007). Dessa forma, podemos demonstrar para os alunos que a História não se resume a datas e nomes de pessoas, mas está relacionada aos seres humanos, que tem a capacidade de influenciar e agir na história. Explorar o espaço territorial e as memórias como fontes históricas em sala de aula, pode ser uma forma potencializadora para ampliar e problematizar o passado recente da ditadura. Além disso, o recurso dos “mapas virtuais” quando bem utilizados, torna-se um importante aliado no processo de aprendizagem, sendo uma possibilidade de trabalhar a Educação Patrimonial a partir do universo cultural dos alunos.

As visitas virtuais aos “lugares de memória” da ditadura, permitiu uma maior aproximação do tema trabalhado ao cotidiano dos estudantes, que participaram de forma ativa, atribuindo novos sentidos e significados ao meio em que vivem. O fato de ser uma atividade que foge da rotina diária dos alunos e que os colocavam diretamente em contato com a tecnologia, despertou neles uma certa curiosidade e uma maior participação, comparado à outras atividades mais convencionais. Além disso, o ensino de história a partir dos “lugares de memória da ditadura” na cidade, permitiu que os estudantes pudessem aprender as várias dimensões do patrimônio

através das memórias evocadas nesses espaços e pelas representações dos mais variados sujeitos sociais, possibilitando aos alunos perceberem os diversos sentidos e olhares que a experiência histórica se constitui.

Pensar na ditadura hoje não é apenas estudar o passado, mas olhar para o presente e perceber esse “passado que não passa”. Embora o período ditatorial tenha terminado, é importante que os alunos percebam que não houve uma completa ruptura, ainda carregamos resquícios do passado ditatorial em vários segmentos sociais, seja pela polícia, governantes, sociedade ou no nosso caso no patrimônio cultural. Ao longo do trabalho, também percebemos que o ensino de história da ditadura a partir patrimônio cultural significa inscrever outros sujeitos na memória social, preenchendo determinados silêncios e fornecendo instrumentos para a luta contra o esquecimento e para que esse passado não se repita. O produto final desenvolvido materializado na construção do mapa virtual, deu um sentido concreto à atividade, onde os alunos puderam articular os conhecimentos teóricos à realidade material, a nível virtual, convidando-os a observarem a realidade orientar-se e diante dela. Além disso, as atividades possibilitaram o estabelecimento de novas relações entre os educandos e o espaço urbano, ressignificando os lugares da cidade que convivem e que podem ser considerados Patrimônios Históricos ligados à memória e a história da ditadura da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; **CHAGAS**, Mário. Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos 1ed- Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula; **SILVA**, Izabel Pimentel da; **SANTOS**, Desirree dos Reis. (Orgs.) Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho. 1 ed. Rio de Janeiro: Ponteio. 48p, 2013.

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA, 4., 2004, Braga. Anais... Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Universidade do Minho, 2004a, p. 131-144.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. Revista da Faculdade de Letras História. Porto, III Série, vol.2, 2001, pp. 13-21.

BARCA, Isabel. Ensinar história de modo linear faz com que os alunos se lembrem só dos marcos cronológicos. *Revista Nova Escola*, São Paulo, ed. 260, mar. 2013. Entrevista concedida a Bruna Nicolielo.

BAUER, Caroline. Escreve isto para a memória num livro: o projeto Brasil: Nunca Mais, cultura histórica e transmissão da experiência (1978-1988) In: III Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, 2017 p. 1-11.

BRITO, Ediney de. Desafios para ensinar e aprender História: aprendizado e educação histórica. Dissertação de Mestrado Profissional-Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*. 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cipedia.com/FileDetails.aspx?IDFile=146121>>. acesso em: 14 abr. 2021.

CASSOL, Franciele M.; **CAIMI**, Flávia E. Pesquisando sítios arqueológicos: História e Patrimônio na sala de aula. *Revista EntreVer*, v. 1, p. 278-295, 2012.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1064 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; **PELEGRINI**, Sandra C. A. Patrimônio Histórico Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPAROTTO, Alessandra; **PADRÓS**, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. **Ensino de história: desafios contemporâneos**, p. 55-72, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. **ABREU**, Regina; **CHAGAS**, Mário. (org.). contemporâneos. Memória e Patrimônio: ensaios Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo. Tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013 História Digital: A Internet nos livros didáticos do PNLD 2015. *Revista Labirinto*, v.24, histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; **GRUNBERG**, Evelina; **MONTEIRO**, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. Educ. rev. [online]. 2016, n.60. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.45979>. Acesso em abr.2021.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PACHECO, Aguiar. Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um percurso docente. 1ed-Jundiá, SP. Paco, 2017.

PESSAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, vol.27, n.53, p.11-23, junho de 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

RUSEN, Jorn. Teoria da História como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015, 324p.

SOUZA, Priscila Gonçalves Ferreira. Cordelizando o meu bairro: uma narrativa sobre Cajueiro Seco. Dissertação de Mestrado Profissional-Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Profissional em História. Recife, 2020.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo M.; **RAMOS**, Márcia E. Possibilidades para a Educação Patrimonial por meio de games de realidade aumentada. Revista Métis: História e Cultura, vol.8, n.35, p.97-119, 2019. Disponível em: DOI: 10.18226/22362762.v18.n.35.05 Acesso em abr.2021.

TRINDADE, Sara Dias; **CARVALHO**, Joaquim de Ramos. História, Tecnologias Digitais e Mobile Learning: Ensinar História na Era Digital. Imprensa da Universidade de Coimbra: 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1705-3> Acesso em abr. 2021.

YERUSHALMI, Yosef. “Reflexiones sobre el olvido”. In: YERUSHALMI, Yosef e outros. Usos del. olvido. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989, p. 13-26.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. Memória, Interculturalidade e Patrimônio: Utilizando os Conceitos da Educação Histórica nas aulas de Educação Básica. Revista de Educação Histórica-REDUH-LAPEDUH, n. 9, maio-agosto, 2015, p. 116-128.